

Fundamentos Sociais do Design
Prof. ~~Marcos~~ / Prof. Marcos Braga

“Adoro ler Eric Hobsbawm.
Ele sabe tanto; lê tudo;
traduz poesia alemã
fazendo rima em inglês;
e seja qual for o assunto,
sempre diz coisas novas
e importantes...”

David Landes,
Times Literary Supplement

SEMINÁRIO
5B

ACH 2502



909.81
H653e
e.1 20

A ERA DOS IMPÉRIOS

1875-1914



ERIC J. HOBSBAW



siva, o de "eles" representarem uma ameaça mortal aos valores da liberdade e da civilização que "nós" representamos. Mais importante: homens e mulheres não seriam mobilizados com êxito para a guerra, a não ser que sentissem sua luta como algo mais que um simples combate armado: que, em algum sentido, o mundo melhoraria com a "nossa vitória", e que "nosso" país seria — para repetir uma frase de Lloyd George — "terra digna de heróis". Os governos inglês e francês, portanto, reivindicavam a defesa da democracia e da liberdade, contra o poder monárquico, o militarismo e o barbarismo ("os hunos"), enquanto o governo alemão reivindicava a defesa dos valores da ordem, da lei e da cultura, contra a autocracia e o barbarismo russos. As perspectivas de conquista e engrandecimento imperial poderiam ser anunciadas nas guerras coloniais; não, porém, nos conflitos mais importantes — mesmo que delas se ocupassem os ministros do Exterior, nos bastidores.

As massas alemãs, francesas e inglesas, ao marchar para a guerra em 1914, o fizeram não como guerreiros e aventureiros, mas como cidadãos e civis. É este mesmo fato que, para governos que operam em sociedades democráticas, demonstra a necessidade do patriotismo e igualmente a sua força. Apenas o sentimento de que a causa do Estado era genuinamente a sua, poderia mobilizar com eficácia as massas: e em 1914 os ingleses, franceses e alemães sentiam isso. As massas permaneceram mobilizadas até que três anos de massacres sem paralelos e o exemplo da revolução na Rússia lhes ensinaram que haviam estado enganadas.

5B

CAPÍTULO 7

QUEM É QUEM OU AS INCERTEZAS DA BURGUESIA

No sentido mais amplo possível... o Eu de um homem é a soma, o total do que ele pode chamar seu, não apenas seu corpo e suas forças psíquicas, mas suas roupas e sua casa, sua mulher e seus filhos, seus ancestrais e seus amigos, sua reputação, suas obras, suas terras e seus cavalos, seu iate e sua conta de banco.

William James¹

Com imenso prazer... começam a fazer compras... e mergulham nisso como quem imerge numa carreira; como classe, falam, pensam e sonham com a posse.

H. G. Wells, 1909²

O Colégio foi fundado pela recomendação e conselho da querida esposa do fundador... para oferecer a melhor educação às mulheres da Classe Alta e da Classe Média Alta.

Da Escritura da Fundação do Colégio Holloway, 1883.

1

Voltemo-nos agora para aqueles a quem aparentemente a democratização ameaçava. Nesse século da burguesia triunfante, os membros das bem-sucedidas classes médias estavam certos da própria civilização; de modo geral, eram seguros e não costumavam lutar com dificuldades financeiras; todavia, apenas ao findar o século sentiram fisicamente o conforto. Haviam vivido,

até então, bastante bem, rodeados de uma profusão de objetos sólidos e enfeitados, envolvidos em grande quantidade de tecidos, podendo permitir-se tudo que consideravam apropriado a pessoas de sua posição social e inapropriado aos seus inferiores, consumindo alimentos e bebidas em quantidades substanciais, provavelmente excessivas. Comida e bebida, pelo menos em alguns países, eram excelentes: *cuisine bourgeoise*, na França, era termo gastronomicamente elogioso.

Em outras partes, comida e bebida eram, pelo menos, abundantes. Um amplo suprimento de empregados compensava o desconforto e impraticabilidade da casa burguesa. Não os podia, no entanto, ocultar. Só tardiamente, ao findar do século, é que a sociedade burguesa desenvolveu um estilo de vida e o equipamento material apropriado e realmente destinado a ajustar-se às necessidades da classe, que supostamente lhe formava a espinha dorsal: homens de negócios, as profissões liberais ou os mais altos escalões do serviço público, com suas famílias. Estas não aspiravam nem necessariamente esperavam adquirir o *status* da aristocracia, ou as recompensas materiais dos muito ricos, mas se situavam bem acima da faixa em que a compra de uma coisa significava a renúncia a outra.

“O paradoxo do mais burguês dos séculos consistia em que seus estilos de vida só se tornaram burgueses mais tarde; que esta transformação foi iniciada antes na sua periferia do que no seu centro; e que, como modo de vida especificamente burguês, seu triunfo foi apenas momentâneo. Talvez por isso os sobreviventes olhassem com tanta freqüência e nostalgia para a era que precedeu a 1914, chamando-a de *belle époque*. Começaremos o exame daquilo que aconteceu às classes médias do período a partir da consideração desse paradoxo.

Esse novo estilo de vida era o da casa e jardim suburbanos, que de longa data deixara de ser especificamente estilo burguês, exceto como índice de aspiração. Como tantas outras coisas, na sociedade burguesa, ele procedeu do clássico país do capitalismo, a Inglaterra. É possível identificá-lo, em primeiro lugar, nos subúrbios ajardinados, construídos por arquitetos como Norman Shaw, na década de 1870, para famílias endinheiradas da classe média, mas não especialmente ricas (Bedford Park). Colônias desse tipo, geralmente destinadas a estratos bem mais ricos que

seus equivalentes ingleses, desenvolveram-se nas cercanias das cidades da Europa central — o *Cottage Viertel*, em Viena, *Dahlem* e o *Grunewald Viertel*, em Berlim — e finalmente decaíram socialmente, tornando-se subúrbios da classe média baixa ou um labirinto de “pavilhões” sem planejamento nos arredores das cidades grandes. Eventualmente, por meio da especulação dos construtores e dos planejadores urbanos com ideais sociais, transformaram-se em ruas e colônias de casas geminadas, destinadas a recapturar o espírito da aldeia e da cidade pequena (*Siedlungen*, ou “povoamentos”, seria o significativo termo alemão para elas) — como as habitações municipais para operários mais endinheirados, já no século XX. A casa ideal, para a classe média, já não fazia parte de uma rua da cidade, uma “casa de cidade”, nem seu substituto, o apartamento em um grande edifício de frente para uma rua da cidade e pretendendo ser um palácio; era uma casa de campo urbanizada, ou, antes, suburbanizada (uma *villa* ou mesmo um *cottage*) num parque ou jardim em miniatura, rodeado de verde. Iria se revelar como um ideal de vida imensamente poderoso, embora ainda não aplicável na maior parte das cidades não anglo-saxônicas.

A *villa* distinguia-se de seu modelo original — a casa de campo dos nobres ou dos grandes proprietários — por um aspecto importante, independentemente de sua dimensão e custo mais modestos e passíveis de redução. Era antes planejada para as conveniências da vida privada e não para a luta pelo *status* social e para a representação. Na realidade, o fato de tais colônias serem, em larga medida, comunidades destinadas a uma única classe, topograficamente isoladas do resto da sociedade, tornava mais fácil a concentração nos confortos de vida. Esse isolamento surgia mesmo quando não era intencional: as “cidades-jardim” e os “subúrbios-jardim”, planejados por projetistas anglo-saxões socialmente idealistas, seguiram o mesmo caminho dos subúrbios construídos especificamente para remover as classes médias da proximidade de seus inferiores. Esse êxodo, por si, indicava certa abdicação da burguesia de seu papel de classe dirigente. “Boston”, diziam os ricos da cidade aos seus filhos, por volta de 1900, “nada lhes oferecerá exceto pesados impostos e desordem política. Quando vocês se casarem, procurem construir casa num subúrbio, entrem para o clube de campo e façam

com que sua vida se concentre em seu clube, na sua casa e nos seus filhos".³

Esse era, porém, o oposto da função da casa de campo ou castelo tradicionais, ou mesmo da função de sua rival e imitadora burguesa, a mansão do grande capitalista — da *Villa Hügel*, dos Krupp, ou de *Bankfield House* e *Belle Vue*, dos Ackroyds e Crossleys, que dominavam a vida da enfumaçada cidade da lã, Halifax. Essas residências eram o revestimento da máquina do poder. Eram destinadas a demonstrar os recursos e o prestígio de um membro da elite dirigente aos outros membros e às classes inferiores, bem como a organizar o jogo de influências e domínio. Se gabinetes eram estruturados na casa de campo do duque de Omnium, também John Crossley, dos tapetes Crossley, pelo menos convidava quarenta e nove colegas seus do Conselho da Municipalidade de Halifax para passar três dias em sua casa no *Lake District*, por ocasião de seu quinquagésimo aniversário; e recebia o príncipe de Gales para a inauguração da municipalidade de Halifax. Nessas residências, a vida privada era inseparável da pública, e tinha funções reconhecidas, por assim dizer, diplomáticas, políticas e públicas, cujas exigências tinham precedência sobre os confortos domésticos. É inimaginável que os Akroyds mandassem construir uma grandiosa escadaria pintada com cenas clássicas da mitologia, uma sala de banquetes com pinturas, uma sala de jantar, uma biblioteca e um conjunto de nove salas de recepção, ou mesmo uma ala de empregados para vinte e cinco pessoas, somente para uso familiar.⁴ O fidalgo, em sua casa de campo, não podia esquivar-se ao exercício do poder e da influência, no seu condado, mais que o magnata de negócios local, em Bury ou em Zwickau. Na verdade, enquanto morasse na cidade, por definição e imagem da hierarquia social urbana, mesmo um membro mediano da burguesia dificilmente poderia deixar de indicar — ou melhor, de sublinhar — o lugar que nela ocupava pela escolha de seu endereço ou, pelo menos, pela dimensão de seu apartamento, pelo andar que ocupava no edifício, pelo grau de servidão de que poderia dispor e pelas formalidades de seu trato e intercâmbio social. A família de um corretor de bolsa eduardiano, recordada mais tarde por um filho dissidente, era inferior aos Forsyte porque sua casa não tinha vista tão ampla para Ken-

sington Gardens, embora não estivesse tão distante deste a ponto de perder *status*. A estação londrina estava, mas a mãe “estava em casa” formalmente, todas as tardes, e organizava recepções à noite com uma “orquestra húngara” alugada nas Lojas Universais Whiteley; além disso, oferecia ou comparecia a jantares quase diariamente, à hora estabelecida, durante os meses de maio e junho.⁵ A vida privada e a apresentação pública do *status* e das exigências sociais não se podiam separar.

As classes médias do período pré-industrial, que ascendiam modestamente, eram em sua maior parte excluídas de tais ostentações pelo seu *status* social inferior, se bem que respeitável, ou por suas convicções puritanas ou pietistas, para não mencionar os imperativos da acumulação de capital. Foram a prosperidade e o crescimento econômico de meados do século que as colocaram ao alcance do êxito, ao mesmo tempo que lhes impunham um estilo de vida modelado segundo o das antigas elites. Todavia, nesse momento de triunfo, quatro fatores estimularam a formação de um estilo de vida menos formal e mais genuinamente privado e privatizado.

O primeiro deles, conforme verificamos, foi a democratização política, que solapou a influência pública e política de todos os burgueses, exceto os mais ricos. Em alguns casos, a burguesia (em sua maior parte liberal) foi, de fato, forçada a retirar-se completamente da política, dominada por movimentos de massas ou por massas de eleitores que se recusavam a lhe reconhecer a “influência”, quando esta não era dirigida diretamente contra ela. A cultura da Viena *fin de siècle*, conforme já se argumentou, era, em ampla medida, a cultura de uma classe e de um povo — os judeus da classe média — aos quais já não era permitido ser aquilo que queriam ser — alemães liberais — e que não encontrariam muitos seguidores, mesmo como burguesia liberal não-judia.⁶ A cultura dos Buddenbrook e a de Thomas Mann, seu autor — filho de um patricio de antiga e altiva cidade de comerciantes hanseáticos —, é a de uma burguesia que se retirou da política. Os Cabot e Lowell, de Boston, embora longe de serem expulsos da política nacional, perderam para os irlandeses o controle político de sua cidade. Desde 1890, desmantelava-se a paternalista “cultura de fábrica” do norte da Inglaterra; era uma cultura na qual os operários podiam ser sindicalistas, mas

que celebravam o aniversário dos empregadores, cujas cores políticas eram as suas. Uma das razões pelas quais emergiu o Partido Trabalhista, após 1900, é terem-se recusado os homens influentes dos distritos eleitorais da classe operária, isto é, a burguesia local, a abrir mão do direito de nomear os "notáveis" do local (ou seja, gente igual a eles próprios) para o Parlamento e o conselho, na década de 1890. Se a burguesia reteve seu poder político, daí em diante, foi por mobilizar influência e não seguidores.

O segundo fator foi um certo afrouxamento dos liames entre a burguesia triunfante e os valores puritanos que haviam sido anteriormente tão úteis para a acumulação do capital, e por meio dos quais a classe havia freqüentemente se identificado e estabelecido a distância que a separava da ociosa e dissoluta aristocracia e dos bêbados e preguiçosos operários. Entre a burguesia estabelecida o dinheiro já havia sido ganho. Poderia provir não diretamente de sua fonte, mas de pagamentos regulares recebidos mediante pedaços de papel que representavam "investimentos", cuja natureza poderia ser obscura, mesmo quando não se originassem de alguma remota região do globo, distantes dos condados ao redor de Londres. Frequentemente era herdado ou distribuído aos filhos ociosos e às mulheres da família. Grande parte da burguesia do final do século XIX consistia na "classe ociosa", nome inventado a esta altura por um sociólogo americano apartidário, de grande originalidade, Thorstein Veblen, que sobre ela escreveu uma "Teoria".⁷ E mesmo aqueles que ganhavam dinheiro não precisavam dedicar a isso muito tempo, pelo menos no caso de o fazerem nos bancos (europeus), nas finanças e nas especulações. Na Inglaterra, em todos os casos, essas atividades deixavam bastante tempo para se cultivar outros interesses. Em suma, gastar tornou-se pelo menos tão importante quanto ganhar. Não era necessário gastar prodigamente como os ultra-ricos, dos quais efetivamente havia muitos, na *belle époque*. Mesmo os relativamente menos opulentos aprendiam a gastar para o próprio conforto e prazer.

O terceiro fator foi o afrouxamento das estruturas da família burguesa, refletida em uma definida emancipação feminina (que examinaremos no próximo capítulo) e o surgimento de grupos de idade situados entre a adolescência e o casamento

como categoria separada e mais independente de "juventude" que, por sua vez, teve poderoso impacto nas artes e na literatura (cf. cap. 9). As palavras "juventude" e "modernidade" tornaram-se às vezes quase intercambiáveis; e se "modernidade" significava algo, era uma mudança do gosto, da decoração e do estilo. Estes dois acontecimentos se tornaram visíveis durante a segunda metade do século entre as classes médias estabelecidas, e óbvios durante as duas últimas décadas. Não afetaram apenas aquela forma de lazer que assumira a forma de viagens e turismo — conforme o demonstra corretamente *Morte em Veneza*, de Visconti, onde o grande hotel de praia ou de montanha, que entrava então em sua fase gloriosa, era dominado pela imagem das mulheres que hospedava —, mas acentuaram grandemente o papel do lar burguês como cenário para a mulher.

O quarto fator foi o substancial aumento do número daqueles que pertenciam, pretendiam pertencer ou que aspiravam obsessivamente a fazer parte da burguesia; era o aumento, em suma, da "classe média" como um todo. Uma idéia definida de um estilo de vida essencialmente doméstico era uma das coisas que mantinham todos os seus membros juntos.

2

Ao mesmo tempo, a democratização, a elevação da classe operária autoconsciente e a mobilização social criavam um novo problema de identidade social para os que pertenciam ou desejavam pertencer a uma ou outra camada dessas "classes médias". A definição de "burguesia" é notoriamente difícil (cf. *A Era do Capital*, cap. 3: 3 e 4), e não foi facilitada na medida em que a democracia e a ascensão dos movimentos operários induziram aqueles que pertenciam à burguesia (cujo nome tornava-se cada vez mais um palavrão) a negar em público a sua própria existência como classe, senão a existência de todas as classes. Na França sustentava-se que a Revolução havia abolido as classes; na Inglaterra, que as classes, não sendo castas fechadas, não existiam; no campo cada vez mais ressoante da sociologia, que a estrutura social e a estratificação eram demasiado complexas para tais simplificações. Na América, o perigo parecia

residir não tanto na possibilidade de as massas se mobilizarem como uma só classe, identificando seus exploradores como outra classe, mas sim em que, afirmando seu direito constitucional à igualdade, declarassem pertencer à classe média diminuindo as vantagens (outras que não a dos irretorquíveis fatos da riqueza) de se pertencer a uma elite. A sociologia, que como disciplina acadêmica era um produto do período de 1870-1914, sofre ainda as conseqüências dos infundáveis e inconclusivos debates sobre classe e *status* social, devido à predileção de seus praticantes pela reclassificação da população do modo que melhor convenha às suas convicções ideológicas.

Além disso, com a mobilidade social e o declínio das hierarquias tradicionais estabelecendo quem pertence ou não a um "estrato médio" ou "condição" social, os limites desta zona social intermediária (e da sua área interna) tornaram-se imprecisos. Em países habituados às classificações mais antigas, como a Alemanha, eram inferidas esmeradas distinções entre um *Bürgertum* da burguesia, por sua vez dividido em *Besitzbürgertum*, baseado na posse de propriedades, e em *Bildungsbürgertum*, baseado no acesso ao *status* burguês por meio da educação superior, além de um *Mittelstand* ("condição média"), abaixo do precedente, o qual, por sua vez, olhava por cima do ombro para o *Kleinbürgertum*, ou pequena burguesia. Outras línguas da Europa ocidental simplesmente manipulavam as categorias imprecisas e mutáveis de uma burguesia/classe média "grande" ou "superior", "pequena" ou "inferior", entre as quais havia um espaço ainda mais impreciso. De que modo determinar, porém, quem poderia pretender fazer parte de qualquer uma destas categorias?

A dificuldade básica residia na constante elevação do número dos pretendentes ao *status* burguês, numa sociedade em que, afinal, era a burguesia que formava o estrato social superior. Mesmo onde a antiga nobreza proprietária de terras não havia sido eliminada (como na América) ou privada de seus privilégios *de jure* (como na França republicana), seu perfil nos países capitalistas desenvolvidos era nitidamente mais baixo. Mesmo na Inglaterra, onde conservara sua presença política proeminente e as maiores fortunas, durante as décadas de meados do século, ela declinava. Em 1858-1879, dos milionários ingleses

que morreram, quatro quintos (117) ainda haviam sido proprietários de terras; em 1880-1889, apenas pouco mais de um terço deles o haviam sido, e em 1900-1914, essa percentagem foi ainda mais baixa.⁸ Os aristocratas perfaziam a maioria em quase todos os gabinetes ingleses, antes de 1895. Após esta data, jamais o tornaram a ser. Os títulos de nobreza estavam longe de ser desprezados, mesmo em países que oficialmente não os reconheciam; americanos ricos, que não os podiam adquirir para si, compravam-nos na Europa, com a maior presteza, por meio de casamentos subsidiados para suas filhas. As máquinas de costura Singer tornaram-se a princesa de Polignac. Não obstante, mesmo antigas monarquias profundamente enraizadas admitiam que dinheiro era um critério de nobreza tão útil como o do sangue azul. O imperador Guilherme II "considerava dever seu, como governante, atender aos desejos dos milionários, em relação às condecorações e patentes de nobreza; condicionava, porém, suas mercês a doações de caridade, no interesse público. Talvez o influenciasses os modelos ingleses".⁹ Bem o poderia crer o observador. Dos 159 pariatos criados na Inglaterra, entre 1901 e 1920 (omitindo os concedidos às forças armadas), 66 foram concedidos a homens de negócios, metade dos quais eram industriais; e a 34 profissionais liberais, dos quais a grande maioria era de advogados; apenas vinte foram concedidos a proprietários de terras.¹⁰

Se a linha entre a burguesia e aristocracia era imprecisa, os limites entre a burguesia e seus inferiores estavam também longe de ser claros. Isto não afetava demasiadamente a "antiga" classe média baixa ou pequena burguesia de artesãos independentes, pequenos lojistas e seus semelhantes. A sua escala de operações os situava firmemente em um nível mais baixo e mesmo em oposição à burguesia. O programa dos radicais franceses constava de uma série de variações sobre o tema "o pequeno é belo": "a palavra 'petit' é constantemente repetida nos congressos do Partido Radical".¹¹ Seus inimigos eram "les gros" — o grande capital, a grande indústria, a grande finança, os grandes negociantes. Essa mesma atitude, com uma deformação direitista, nacionalista e anti-semita, e não esquerdista e republicana, encontrava-se entre seus equivalentes alemães, mais pressionados pela irresistível e rápida industrialização desde a

década de 1870. Visto do alto, não apenas sua pequenez mas, de igual modo, suas ocupações os excluíam de um *status* mais elevado, a não ser quando, excepcionalmente, a dimensão de sua fortuna obliterasse a memória de sua origem. Ainda assim, a impressionante transformação do sistema distributivo, especialmente da década de 1880 em diante, tornava necessárias algumas revisões. A palavra “merceeiro” traz ainda uma conotação de desprezo entre as classes médias altas, mas na Inglaterra desta época um homem como Sir John Lipton (que ganhou seu dinheiro com pacotes de chá), Lord Leverhulme (que o ganhou com sabão), ou Lord Vestey (que o ganhou com carne congelada), adquiriam títulos e iates a vapor. Todavia, a dificuldade real surgiu com a enorme expansão do setor terciário — o dos empregos em escritórios públicos e privados —, isto é, o de um trabalho que era tanto claramente subalterno como remunerado mediante ordenados (mesmo se chamados de “recompensa” *), mas que era, de igual modo, não-manual e baseado em qualificações educacionais, apesar de relativamente modestas; e, acima de tudo, realizado por homens, ou mesmo por algumas mulheres, a maioria das quais recusava-se especificamente a considerar-se parte da classe operária e aspirava, não raro com imensos sacrifícios materiais, ao estilo de vida e à respeitabilidade da classe média. A linha entre esta nova “classe média baixa” de “empregados” (*Angestellte, employés*) e os mais altos estratos profissionais, ou mesmo dos executivos e gerentes assalariados dos grandes negócios, levantavam problemas novos.

Deixando de lado estas novas classes médias baixas, tornava-se claro que aumentava rapidamente o número de novos candidatos à classe média, ou de aspirantes ao *status* da classe média, o que propunha problemas práticos de demarcação e definição, dificultados ainda pela incerteza dos critérios teóricos relativos a essas definições. Aquilo que constituía “a burguesia” sempre foi mais difícil de determinar do que aquilo que, em teoria, definia a nobreza (por exemplo, nascimento, títulos hereditários, propriedade de terras) ou a classe operária (por exemplo, o salário e o trabalho manual). Todavia (cf. *A Era do*

* *Salaries* em inglês. A diferença de *wages*, significa pagamento regular para trabalho não-manual ou mecânico. (N. da T.)

Capital, cap. 13), os critérios de meados do século XIX eram bastante explícitos. Exceto no caso de servidores públicos graduados e remunerados, esperava-se que os membros dessa classe possuísem capital ou renda proveniente de investimentos e/ou que agissem como empresários independentes, que auferiam lucros e empregavam operários, ou que fossem membros de uma profissão “liberal”, o que era uma forma de iniciativa privada. É significativo que “lucros” e “honorários” fossem incluídos sob o mesmo título, para fins de arrecadação de imposto de renda, na Inglaterra. No entanto, diante das mudanças acima referidas, estes critérios tornaram-se muito menos úteis para distinguir os membros da burguesia “real” — economicamente, mas acima de tudo socialmente — na considerável massa das “classes médias”, para não mencionar o grupo, ainda maior, formado por aqueles que aspiravam a tal *status*. Nem todos possuíam capital; mas não o possuíam, de igual modo (pelo menos inicialmente), muitos homens de *status* burguês incontestante, que o haviam substituído pela educação superior como recurso inicial (*Bildungsbürgertum*): seu número aumentava substancialmente. O número de médicos, na França, que era mais ou menos estável entre 1866 e 1886, aumentara para 20.000 por volta de 1911; na Inglaterra, o número de médicos elevou-se de 15.000 para 22.000; o de arquitetos, de 7.000 para 11.000, entre 1881 e 1901; nestes dois países o crescimento foi mais rápido que o crescimento da população adulta. Nem todos eram empresários ou empregadores (exceto dos próprios criados).¹² Mas quem poderia negar *status* burguês aos gerentes graduados remunerados, que perfaziam uma parte, sempre mais essencial, da grande empresa em um tempo no qual, conforme acentuava um perito alemão, “o caráter íntimo e puramente privado do antigo pequeno negócio simplesmente não se aplicava mais aos grandes empreendimentos”?¹³

A grande maioria de todas essas classes médias, pelo menos na medida em que muitas delas eram produto da era posterior à revolução dual (cf. *A Era da Revolução*, Introdução), tinham uma coisa em comum: a mobilidade social, passada e presente. Sociologicamente, conforme notou um observador francês na Inglaterra, as “classes médias” consistiam “essencialmente em

classe média

famílias no processo de elevar-se socialmente", e a burguesia, em pessoas que "havia[m] chegado" — seja no ponto mais alto ou em algum platô convencionalmente definido.¹⁴ Tais instantâneos, contudo, dificilmente apresentariam uma imagem adequada de um processo em movimento, que só poderia ser surpreendido pelo equivalente sociológico daquela recente invenção, o filme, ou fotografia em movimento. Os "novos estratos sociais", cujo advento Gambetta considerava o conteúdo essencial do regime da Terceira República francesa — e pensava, sem dúvida, em homens semelhantes a ele próprio, que abriam seu caminho para ganhar influência e renda sem negócios nem propriedades, mas por meio da política democrática —, não cessavam de se mover, mesmo quando, reconhecidamente, haviam "chegado".¹⁵ Inversamente, essa "chegada" não mudaria o caráter da burguesia? A qualidade de membro desta classe poderia ser negada aos pertencentes à segunda ou à terceira geração, que levavam vida ociosa, apoiados na fortuna da família e que, às vezes, reagiam contra os valores e as atividades que constituíam, ainda, a essência de sua classe?

Estes problemas, na época de que tratamos, não concernem ao economista. Uma economia baseada na iniciativa privada voltada para o lucro, tal como a que, inquestionavelmente, dominou os países desenvolvidos do Ocidente, não exige analistas para especular sobre quais são exatamente os indivíduos que constituem a "burguesia". Do ponto de vista do economista o príncipe Henckel von Donnersmarck, o segundo homem mais rico da Alemanha imperial (após Krupp), era funcionalmente um capitalista, visto que nove décimos de sua renda provinham de propriedade de minas de carvão, de ações de bancos e indústrias, sociedade em empreendimentos imobiliários, para não mencionar os 12 a 15 milhões de marcos de rendimentos em juros. Por outro lado, para o sociólogo e o historiador, o *status* do príncipe como aristocrata hereditário está longe de ser irrelevante. O problema em definir a burguesia como *um grupo de homens e mulheres*, e a linha divisória que a separa das "classes médias baixas", portanto, não encontra suporte direto na análise do desenvolvimento do capitalismo, nesta fase (exceto para os que crêem que o sistema depende das motivações pessoais dos indi-

víduos, como empresários particulares *) embora, naturalmente, reflita mudanças estruturais na economia capitalista e possa esclarecer suas formas de organização.

3

Estabelecer critérios identificáveis era, portanto, urgente para os então membros, reais ou virtuais, da burguesia ou da classe média e particularmente para aqueles cujo dinheiro, por si só, não seria suficiente para a compra de um *status* seguro de respeito e privilégio para si e para sua descendência. Três modos de estabelecer esse pertencimento adquiriram grande importância no período — pelo menos em países em que já surgia alguma incerteza em relação a "quem era quem". ** Todos exigiam que se preenchessem duas condições: deviam distinguir claramente os membros da classe média dos das classes operárias, dos camponeses e de outros ocupados em trabalhos manuais, e deviam apresentar uma hierarquia de exclusividade, sem afastar a possibilidade de o candidato galgar os degraus da escadaria social. Um estilo de vida e uma cultura de classe média era um destes critérios; uma atividade ociosa e especialmente a nova invenção, o esporte, era outro; mas o principal indicador do pertencimento de classe crescentemente veio a ser, e ficou sendo, a educação formal.

Sua função mais importante não era utilitária, a despeito dos retornos financeiros potenciais a uma inteligência treinada e ao conhecimento especializado em uma era baseada, crescentemente, na tecnologia científica, não obstante tal educação abrir um pouco mais amplamente as carreiras à meritocracia do talen-

* Houve, na verdade, pensadores que argumentavam que a burocratização, o aumento da impopularidade dos valores empresariais e outros fatores como esses solapariam o papel do empresário particular e, por meio deste, o do capitalismo. Max Weber e Joseph Schumpeter eram dessa opinião, entre seus contemporâneos.

** A publicação de obras de referência sobre pessoas de *status* no país — distintamente dos guias ao parentesco de famílias reais e de nobres, tais como o *Almanaque de Gotha* — começou nessa época. O *Quem é Quem* inglês (1897) foi talvez o primeiro.

to, especialmente na própria indústria educacional, que se expandia. O que contava era a demonstração de que os adolescentes tinham condições de adiar a tarefa de ganhar a vida. O conteúdo da educação era secundário e, na realidade, o valor vocacional do grego e do latim, que tanto absorviam o tempo dos meninos da "escola pública" na Inglaterra, ou o da filosofia, das letras, da história e da geografia, que preenchiam 77% das horas nos *lycées* franceses (1890), era desprezível. Mesmo na Prússia, cuja mentalidade era tão prática, os clássicos *Gymnasien*, em 1885, continham quase três vezes o número de alunos que os *Realgymnasien* e as *Ober-Realschulen*, mais "modernos" e de mentalidade mais técnica. Além disso, o custo de oferecer a uma criança tal educação era, por si, um distintivo social. Um funcionário prussiano, que o calculou com meticulosidade germânica, gastou 31% de sua renda com a educação de seus três filhos, durante um período de trinta e um anos.¹⁶

A educação formal, preferivelmente coroada por algum diploma, havia sido, até esse momento, irrelevante para a elevação à burguesia, exceto no caso das profissões cultas dentro e fora dos serviços públicos, em cujo treinamento consistia a principal função das universidades, ao qual acrescentavam um ambiente convidativo para a bebida, a devassidão e as atividades esportivas dos jovens cavalheiros, para os quais os exames reais eram absolutamente sem importância. Poucos homens de negócios do século XIX eram formados em alguma coisa. A *polytechnique* francesa da época não constituía atração especial para a elite burguesa. Um banqueiro alemão, ao aconselhar um industrial incipiente em 1884, rejeitou a teoria e a instrução universitária, considerando-as meramente "um meio de gozar as horas de repouso, como um charuto depois do almoço". Aconselhou a entrada imediata para negócios práticos, a busca de um respaldo financeiro, a observação do que se passava nos EUA e o ganho da experiência, deixando a instrução superior aos "técnicos cientificamente treinados" que teriam utilidade para os empresários. Do ponto de vista dos negócios isto era simples senso comum, apesar de não satisfazer os quadros técnicos. Os engenheiros alemães exigiam, não sem amargura, "posição social condizente com a significância do engenheiro, na vida".¹⁷

A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores. A própria idade mínima em que se deixava a escola, para esse tipo de ingresso — cerca de 16 anos — garantia aos rapazes, em alguns países onde havia alistamento militar, a classificação como oficial em potencial. Crescentemente, a educação secundária até a idade de 18 ou 19 anos tornava-se habitual nas classes médias; e era normalmente seguida de educação universitária ou de treinamento profissional superior. Os números referentes a isso permaneceram baixos, embora aumentassem um pouco no caso da educação secundária e, de modo mais impressionante, no caso da educação superior. Entre 1875 e 1912, o número dos estudantes alemães mais que triplicou, o dos estudantes franceses (1875-1910) mais que quadruplicou. Todavia, ainda em 1910, menos de 3% das faixas etárias situadas entre os 12 e os 19 anos freqüentavam escolas secundárias (77.500 ao todo) e apenas 2% permaneceram nelas até os exames finais, nos quais apenas metade passou.¹⁸ A Alemanha, com uma população de 65 milhões, entrou para a Primeira Guerra Mundial com uma tropa de cerca de 120.000 oficiais da reserva, ou cerca de 1% dos homens entre 20 e 45 anos.¹⁹

Por mais modestos que fossem, esses números eram muito superiores à dimensão habitual das classes dominantes mais antigas — por exemplo, às 7.000 pessoas que em 1870 detinham 80% de toda a terra de propriedade privada, na Inglaterra, para não mencionar as cerca de 700 famílias que constituíam o patriato inglês. Eram certamente demasiado grandes para a formação daquelas redes informais e pessoais, por meio das quais a burguesia do início do século XIX conseguira estruturar-se; e isto, em parte, por estar a economia altamente localizada e em parte porque os grupos minoritários, religiosos e étnicos, que desenvolveram afinidade especial pelo capitalismo (protestantes franceses, quacres, unitários, gregos, judeus, armênios), originaram redes de mútua lealdade, de parentesco e de transações comerciais que se estenderam por países, continentes e oceanos

inteiros. * No próprio topo da economia nacional e internacional essas redes ainda operavam, uma vez que o número de pessoas envolvidas era diminuto e alguns tipos de negócios, especialmente bancos e finanças, concentravam-se cada vez mais num punhado de centros financeiros (geralmente nas próprias capitais das nações-Estado mais importantes). Por volta de 1900, a comunidade dos bancos ingleses, que controlava de fato os negócios financeiros do mundo, consistia em algumas dezenas de famílias que moravam numa pequena área de Londres, que se conheciam entre si, freqüentavam os mesmos clubes e círculos sociais e ligavam-se através de casamentos.²⁰ A associação do aço do Reno-Westfália, que se compunha da maioria da indústria do aço alemã, consistia em 28 empresas. O maior de todos os trustes, a United States Steel, foi formado por um punhado de homens em conversas informais; e finalmente concretizado durante jantares e jogos de golfe.

A grande burguesia genuína, antiga ou recente, não tinha, portanto, grandes dificuldades para se organizar como elite, já que podia utilizar métodos muito semelhantes aos da aristocracia, ou mesmo — como na Inglaterra —, os próprios mecanismos desta. Na realidade, sempre que possível, seu objetivo era, cada vez mais, o de coroar o êxito comercial pela entrada na classe nobre, pelo menos por meio dos seus filhos e filhas, se não por meio de um estilo de vida aristocrático. É um erro considerar isso uma simples abdicação dos valores burgueses perante antigos valores aristocráticos. Para começar, a socialização por meio de escolas de elite (ou outras) fora não menos importante para a aristocracia tradicional do que para a burguesia. Na medida em que essa socialização adquiriu importância, como nas “escolas públicas” inglesas, assimilou os valores aristocráticos em um sistema moral destinado a uma sociedade burguesa e para seus serviços públicos. Além disso, o teste dos

* As razões de tais afinidades foram bastante discutidas, notadamente nessa época, por estudiosos alemães, por exemplo, Max Weber e Werner Sombart. Seja qual for a explicação — e tudo quanto esses grupos tinham em comum era o *status* autoconsciente de minoria — o fato é que pequenos grupos deste tipo, tais como os dos quacres ingleses, transformaram-se quase por completo em grupos de banqueiros, ou de negociantes e de manufactureiros.

valores aristocráticos tornava-se agora, e cada vez mais, um estilo de vida dissoluto e dispendioso que exigia acima de tudo *dinheiro*, viesse de onde viesse. O dinheiro, portanto, tornou-se seu critério. O aristocrata proprietário de terras, genuinamente tradicional, na medida em que não conseguia manter tal estilo de vida e as atividades a este associadas, isolava-se num mundo provinciano em desaparecimento, ainda leal e altivo mas socialmente marginal, como os personagens de Theodor Fontane, em *Der Stechlin* (1895), uma poderosa elegia aos velhos valores *junker* do antigo Brandemburgo. A grande burguesia utilizava os mecanismos da aristocracia como o faria com qualquer escola de elite, para os seus próprios fins.

O verdadeiro teste das escolas e universidades, como agências socializadoras, era para aqueles que galgavam a escada social e não para os que já haviam atingido o topo. Transformou o filho de um jardineiro não-conformista de Salisbury num lente de Cambridge e o filho deste, via Eton e King's College, no economista John Maynard Keynes, tão obviamente membro de uma elite polida e segura de si que ainda nos espantamos ao pensar no ambiente da infância de sua mãe, entre tabernáculos batistas provincianos — e todavia ele foi, até o fim, um ativo membro de sua classe, à qual, mais tarde, chamou de “burguesia educada”.²¹

Não admira que a espécie de escolaridade que oferecia o *status* burguês, provável ou certo, expandiu-se para atender ao aumento do número dos que haviam adquirido fortuna, porém não *status* (como vovô Keynes); para aqueles cujo *status* burguês dependia, tradicionalmente, da educação, como era o caso dos filhos dos pastores protestantes pobres, bem como o dos filhos dos profissionais mais liberalmente remunerados e para uma multidão de pais menos “respeitáveis”, ambiciosos em relação a seus filhos. Desenvolveu-se, pois, a educação secundária, principal portal de entrada. O número dos alunos multiplicou-se por algo situado entre dois (Bélgica, França, Noruega, Países Baixos) e cinco (Itália). O número dos estudantes, nas universidades que lhes ofereciam a garantia de se tornarem membros das classes médias, quase triplicou na maioria dos países europeus, entre finais da década de 1870 e o ano de 1913. (Durante as décadas precedentes permanecera relativa-

mente estável.) De fato, por volta da década de 1880, os observadores alemães preocuparam-se com a admissão às universidades de mais estudantes do que os setores econômicos da classe média podiam acomodar.

O problema da "genuína classe média alta" — ou, digamos, dos sessenta e oito "grandes industriais" que, de 1895 a 1907, se juntaram aos cinco já instalados na mais elevada classe de contribuintes, em Bochum (Alemanha)²² — era o fato de uma tão generalizada expansão educacional já não oferecer emblemas de *status* suficientemente exclusivos. Ao mesmo tempo, no entanto, a grande burguesia não podia separar-se formalmente de seus inferiores, pois suas estruturas precisavam manter-se abertas a novos membros — uma vez que esta era a natureza de seu ser — e porque precisavam mobilizar, ou pelo menos conciliar, as classes médias e as inferiores, a fim de enfrentar as classes operárias, sempre mais mobilizadas. Daí a insistência dos observadores não-socialistas de que a "classe média" não só crescia mas adquiria enorme dimensão. O temível Gustav von Schmoller, maioral dos economistas alemães, achava que a classe média perfazia um quarto da população,²³ mas nisto incluía não só os novos "funcionários, gerentes e técnicos, recebendo bons porém moderados salários", mas também os capazes e operários qualificados. Sombart, de igual modo, avaliava a classe média em 12,5 milhões, contra 35 milhões de operários.²⁴ Esses eram essencialmente cálculos de eleitores potencialmente anti-socialistas. Uma avaliação generosa dificilmente ultrapassaria os 300 mil, considerados como perfazendo o "público investidor" de fins da era vitoriana e da era eduardiana, na Inglaterra.²⁵ Em qualquer caso, os próprios membros das classes médias estavam longe de abrir os braços às ordens inferiores, ainda quando estes usassem colarinho e gravata. Um observador inglês, mais caracteristicamente, tratava sumariamente as classes médias inferiores como pertencentes, com os operários, ao "mundo das escolas elementares".²⁶

No interior dos sistemas em que a entrada era aberta, portanto, tinham de ser estabelecidos círculos de exclusividade informal, mas definitiva. Isto era mais fácil num país como a Inglaterra, que não tinha educação primária pública até 1870 (e a frequência à escola não viria a ser compulsória senão da

a vinte anos), nem educação secundária pública até 1902 nem qualquer tipo de educação universitária significativa fora das duas antigas universidades, Oxford e Cambridge. * Numerosas escolas, inadequada mas surpreendentemente chamadas "públicas", foram fundadas para a classe média de 1840 em diante. Seguiam o modelo das nove antigas fundações, reconhecidas como tais em 1870 e já servindo de viveiro para a nobreza e os grandes proprietários, especialmente Eton. Em princípios da década de 1900 haviam-se expandido e formavam uma lista de cerca de 64 até 160 escolas — dependendo do seu grau de exclusividade e esnobismo —, relativamente dispendiosas, que pretendiam tal *status* e treinavam deliberadamente seus alunos para serem membros da classe dominante.²⁷ Um grupo de escolas secundárias particulares, principalmente no norte e no leste dos EUA, preparava, também, os filhos das boas famílias, ou, de qualquer modo, das famílias ricas, para o polimento final das universidades particulares de elite.

Dentro destas, como dentro do grande corpo dos estudantes universitários alemães, grupos ainda mais exclusivos eram recrutados por associações privadas — tais como o *Korps* dos estudantes ou pelas mais prestigiadas fraternidades de letras gregas ** —, cujo lugar, nas antigas universidades inglesas, foi tomado pelos "colégios residenciais". As burguesias de fins do século XIX eram, portanto, uma estranha combinação de sociedades fechadas mas educacionalmente abertas: abertas, por ser a entrada franqueada em virtude do dinheiro, ou mesmo (por meio de bolsas de estudos e outras providências destinadas a estudantes pobres) do mérito, mas fechadas, na medida em que era claramente dado a entender que alguns círculos eram consideravelmente mais iguais que outros. A exclusividade era puramente social. Os estudantes do *Korps* alemão, muito dados à cerveja e cheios de cicatrizes, duelavam a fim de provar que eram (ao contrário das ordens inferiores) *satisfaktionsfähig*, ou

* O sistema escocês era bem mais abrangente, mas os diplomados escoceses que desejavam abrir caminho no mundo achavam prudente obter mais um grau ou passar por mais um exame em Oxbridge, como fez o pai de Keynes, após obter seu diploma em Londres.

** Sociedades estudantis americanas cujo nome é formado por uma combinação de letras gregas. No original, *greek letter fraternity*. (N. da T.)

melhor, que eram cavalheiros e não plebeus. As sutis gradações de *status*, nas escolas particulares inglesas, eram estabelecidas por aquelas que se dispunham a entrar em competições esportivas, contra outras — ou melhor, que tinham irmãs com possibilidades de ser parceiras convenientes para um casamento. O grupo das universidades americanas de elite, pelo menos no Leste, era efetivamente definido pela exclusividade social do esporte: na *Ivy League*, elas jogavam umas contra as outras.

Para aqueles que ascendiam à grande burguesia, esses mecanismos de socialização garantiam inquestionavelmente a qualidade de membro para seus filhos. A educação acadêmica para as filhas era opcional, e fora dos círculos liberais e progressistas não era garantida. Apresentava, porém, vantagens práticas definidas. A instituição dos “antigos camaradas” (*Alte Herren alumni*) que se desenvolvem rapidamente desde a década de 1870, demonstrava que os produtos de um estabelecimento educacional formavam uma rede que poderia ser nacional ou mesmo internacional, mas que ao mesmo tempo ligava as gerações mais novas às mais velhas. Em suma, oferecia coesão social a um grupo heterogêneo de recrutas. Também aqui o esporte proporcionava boa parte do elemento formal de ligação. Por meios tais, uma escola, um colégio, um *Korps* ou uma fraternidade — revisitados e com frequência financiados por seus antigos alunos — formava uma espécie de máfia potencial (“amigos de amigos”) para auxílio mútuo, que não era menor nos negócios; e, por sua vez, a rede dessas “extensões familiares” de pessoas presumivelmente de *status* social e econômico equivalente oferecia um entrelaçamento de contatos potenciais além do alcance dos parentes ou dos negócios regionais ou locais. Nas palavras do guia às fraternidades colegiais americanas, ao observar o enorme crescimento das associações de antigos alunos — Beta Theta Phi possuía capítulos listando ex-alunos em 16 cidades em 1889, mas 110 em 1912 —, elas formavam “círculos de homens cultos que de outro modo não se conheceriam”.²⁸

O potencial prático de tais redes, num mundo de negócios nacionais e internacionais, pode ser indicado pelo fato de uma dessas fraternidades norte-americanas (a Delta Kappa Epsilon) gabar-se de ter seis senadores, quarenta congressistas, um Cabot Lodge e o Theodore Roosevelt, em 1889, ao passo que em 1912

incluía igualmente dezoito banqueiros de Nova Iorque (inclusive J. P. Morgan), nove personagens abastados de Boston, três diretores da Standard Oil e pessoas de peso comparável no Meio-Oeste. Não seria decerto desvantajoso para o futuro empresário de, digamos, Peoria, submeter-se aos rigores da iniciação na Delta Kappa Epsilon, num colégio apropriado e pertencente à Ivy League.

Tudo isso adquiria importância econômica e social à medida que se desenvolvia a concentração capitalista e atrofiava-se a indústria puramente local ou mesmo regional, carecendo de liames com redes mais amplas, como foi o caso dos “bancos rurais” ingleses. Todavia, conquanto o sistema de escolaridade formal e informal fosse conveniente para a elite econômica e social estabelecida, era essencial principalmente para os que desejavam fazer parte dela, ou ter sua “chegada” a ela certificada pela assimilação de seus filhos. A escola era a escada pela qual os filhos dos membros mais modestos do estrato intermediário passavam para o alto; pois até nos sistemas educacionais mais meritocráticos, poucos eram os filhos de verdadeiros camponeses, e menos ainda os de operários, que passavam além dos degraus mais baixos.

4

A relativa facilidade com que “os dez mil do alto” (como vieram a ser chamados) sabiam estabelecer exclusividade não resolveu o problema dos cem mil do alto, que preenchiam o mal definido espaço entre a gente superior e o populacho; e menos ainda o problema das bem mais numerosas “classes médias inferiores”, não raro situadas apenas por um fio de cabelo (financeiramente falando) acima dos operários qualificados mais bem pagos. Pertenciam certamente ao que os observadores sociais ingleses chamavam de “classe que tem empregados” — 29% da população, numa cidade provinciana como York. Apesar do fato de o número dos empregados domésticos haver estacionado ou mesmo declinado, de 1880 em diante, não tendo mantido, portanto, o mesmo ritmo de crescimento que o dos estratos médios, as aspirações da classe média ou mesmo da

classe média baixa eram inconcebíveis sem empregados domésticos, exceto nos EUA. Nesta medida, a classe média era ainda uma classe de senhores (cf. *A Era do Capital*), ou antes, de senhoras, de jovens mulheres trabalhadoras. Certamente, davam aos filhos e, cada vez mais, também às filhas, educação secundária. Na medida em que isso era para os homens uma qualificação para o *status* de oficial da reserva (ou oficiais "cavaleiros temporários" nos exércitos de massas da Inglaterra de 1914), igualmente os marcava como potenciais senhores de outros homens. No entanto, um número crescentemente maior desses homens já não eram "independentes" no sentido formal, mas recebiam salários de seus empregadores, ainda quando estes eram eufemisticamente chamados por algum outro nome. Ao lado da antiga burguesia de empresários, profissionais independentes e daqueles que reconheciam somente ordens de Deus e do Estado, crescia agora a nova classe média dos gerentes, executivos e peritos técnicos assalariados no capitalismo das grandes corporações estatais e na alta tecnologia: era a burocracia pública e privada, cuja ascensão foi analisada por Max Weber. Ao lado, mas sobrepujando a pequena burguesia antiga, de artesãos independentes e pequenos lojistas, surgia agora a nova pequena burguesia dos escritórios, lojas e administração subalterna. Eram estes, realmente, estratos numericamente muito amplos, e a gradual mudança das atividades econômicas primárias e secundárias para as terciárias prometia aumentar sua dimensão. Nos EUA, em torno de 1900, eram já mais numerosos que a própria classe operária, embora constituísse exceção.

A nova classe média e a classe média baixa eram demasiado numerosas e, com frequência, demasiado insignificantes tomadas individualmente; seu meio ambiente era demasiado desestruturado e anônimo (especialmente na cidade grande), e a escala em que a economia e a política operavam era demasiado ampla para que contassem como pessoas ou famílias, como as da "classe média alta" e as da "*haute bourgeoisie*". Sem dúvida, sempre fora assim numa grande cidade, mas em 1871 menos de 5% dos alemães moravam em cidades de 100.000 ou mais habitantes, ao passo que em 1910 mais de 21% o faziam. Progressivamente, portanto, as classes médias eram identificadas não tanto como indivíduos "levados em conta" como tais e sim

por meio de sinais coletivos de reconhecimento: pela educação que haviam recebido, pelo estilo de vida e por práticas que indicavam sua situação aos outros, aliás tão inidentificáveis, como indivíduos, quanto eles próprios. Para as classes médias reconhecidas, aqueles sinais normalmente envolviam uma combinação de rendimentos e educação, bem como certa distância visível das origens populares, tais como as indicadas, por exemplo, pelo uso habitual da linguagem da cultura nacional padrão e do sotaque indicador de classe, no relacionamento social com outros que não os inferiores. As classes médias baixas, antigas e novas, eram claramente separadas e inferiores pelos "rendimentos insuficientes, mediocridade cultural e proximidade das origens populares".²⁹ O principal objetivo da "nova" pequena burguesia era o de demarcar tão nitidamente quanto possível a distância que as separava das classes operárias — objetivo que geralmente as inclinava para a direita radical, na política. Sua forma de esnobismo era a reação.

O grosso da classe média "sólida" e incontestável não era numeroso: em princípios da década de 1900, menos de 4% das pessoas que morriam, na Inglaterra, deixavam mais de 300 libras em propriedades (inclusive casas, móveis, etc.). Todavia, ainda que um rendimento mais que confortável de classe média — digamos 700-1.000 libras por ano — tenha sido talvez dez vezes superior a um bom rendimento da classe operária, não se poderia comparar ao dos realmente ricos, para esquecer os super-ricos. Era enorme o abismo entre a classe média superior, estabelecida, reconhecida e próspera, e aquilo que então veio a ser chamado "plutocracia", que representava, segundo um observador de fins da era vitoriana, "a visível obliteração da distinção convencional entre os aristocratas de nascimento e os do dinheiro".³⁰

A segregação residencial — mais que provável, rum subúrbio elegante — era um modo de estruturar essas massas endinheiradas como grupamento social. A educação, como vimos, era outro. Ambos conjugavam-se numa prática que se institucionalizou, essencialmente, durante o último quartel do velho século: o esporte. Formalizado em torno desta época na Inglaterra, que lhe ofereceu o modelo e o vocabulário, alastrou-se como um incêndio aos demais países. Em seu início, sua forma moderna

foi associada especialmente à classe média e não necessariamente à classe alta. Os jovens aristocratas poderiam experimentar, como na Inglaterra, qualquer forma de proeza física, mas o campo em que se especializavam era o dos exercícios ligados à equitação e à matança, ou pelo menos ao ataque aos animais e às pessoas: a caça, o tiro, a pesca, as corridas de cavalos, a esgrima e coisas semelhantes. Efetivamente, na Inglaterra, a palavra "esporte" era originalmente restrita a tais atividades, sendo os jogos e competições físicas (hoje chamados "esporte"), classificados como "passatempo". A burguesia, como sempre, não apenas adotou como transformou os modos de vida dos nobres. Os aristocratas, caracteristicamente, também se entregaram a formas de atividade notavelmente dispendiosas, tais como o recém-inventado automóvel, que foi corretamente descrito na Europa de 1905 como "brinquedo de milionários e meio de transporte das classes endinheiradas".³¹

Os novos esportes abriram caminho até a classe operária, e, mesmo antes de 1914, alguns deles eram entusiasticamente praticados por operários — havia, na Inglaterra, talvez um milhão de jogadores de futebol — que eram observados e seguidos com paixão por grandes multidões. Este fato incorporou ao esporte um critério de classe próprio, o amadorismo, ou antes, a proibição ou a estrita segregação da casta dos "profissionais". Nenhum amador poderia distinguir-se de modo genuíno nos esportes, a não ser que pudesse dedicar a eles mais tempo do que os operários dispunham, exceto se fossem pagos. Os esportes que se tornaram mais característicos das classes médias, como o tênis, o rugby, o futebol americano — ainda um jogo dos estudantes de faculdade, apesar do esforço que exige — ou os ainda não desenvolvidos esportes de inverno, todos eles obstinadamente rejeitaram o profissionalismo. O ideal do amadorismo, que apresentava a vantagem adicional de reunir classe média e nobreza, foi entesourado nos Jogos Olímpicos, uma nova instituição (1896), nascida no cérebro de um francês admirador do sistema inglês de escolas públicas, que havia sido construído em torno de seus campos de jogos.

Que o esporte era considerado elemento importante na formação da nova classe governante, segundo o modelo do gentleman britânico burguês treinado em escola pública, é evi-

dente, pelo papel das escolas ao introduzi-lo no continente. (Os futuros clubes profissionais de futebol eram, freqüentemente, times de firmas inglesas expatriadas e de seus funcionários.) Que o esporte apresentava um aspecto patriótico e até militarista é igualmente claro. Mas serviu também para criar novos padrões de vida e de coesão da classe média. O tênis, inventado em 1873, rapidamente tornou-se o jogo perfeito dos subúrbios da classe média, em grande parte por ser bissexual e por conseguinte oferecer um meio para os "filhos e filhas da grande classe média" encontrarem parceiros não apresentados pela família mas certamente de posição social comparável à deles. Em suma, os esportes alargavam o estreito círculo de família e conhecidos, da classe média e, por meio da rede de entrelaçamento e interação dos "clubes de tênis com sócios contribuintes", criavam um universo social fora das células domésticas auto-abrangentes. "A sala de visitas da casa não tardou a minguar e a tornar-se um ponto insignificante".³² O triunfo do tênis é inconcebível sem a suburbanização e a progressiva emancipação da mulher da classe média. O alpinismo e o novo esporte do ciclismo (que se tornou o primeiro esporte para espectadores de massa, da classe operária, no continente), e os novos esportes de inverno, precedidos da patinação, beneficiaram-se também, e substancialmente, da atração entre os sexos; aliás, desempenharam um significativo papel na emancipação feminina, por essa razão (ver adiante, pp. 288-92).

Os clubes de golfe desempenhariam um papel igualmente importante no mundo (anglo-saxão) masculino de profissionais da classe média e homens de negócios. Já nos deparamos com um recente acordo de negócio concluído num campo de golfe. O potencial social deste jogo — cujas partidas são disputadas em extensas propriedades, dispendiosamente construídas e conservadas por membros de clubes destinados a excluir, social e financeiramente, estranhos inaceitáveis — impressionou as novas classes médias como uma súbita revelação. Antes de 1889, havia apenas dois campos de golfe em toda Yorkshire (West Riding); entre 1890 e 1895, foram abertos 29 deles.³³ De fato, a extraordinária rapidez com que todas as formas de esporte organizado conquistaram a sociedade burguesa, entre 1870 e os primeiros anos de 1900, sugere que o esporte preenchia uma

necessidade social consideravelmente maior que a de exercícios ao ar livre. Paradoxalmente, pelo menos na Inglaterra, um proletariado industrial e uma nova burguesia, ou classe média, emergiram ao mesmo tempo como grupos autoconscientes, que se definiam um contra o outro por meio de maneiras e estilos de vida e ação coletiva. O esporte, criação da classe média transformada em duas alas com óbvia identificação de classe, constituía um dos modos mais importantes de realizar aquela definição.

5

Por conseguinte, três importantes tendências marcaram socialmente as classes médias das décadas que precederam 1914. Na extremidade inferior, aumentou o número daqueles que, de algum modo, reivindicavam a qualidade de membros do grupo intermediário. Eram os empregados não-manuais, que, à margem, distinguíam-se dos operários — que podiam ganhar tanto quanto eles — apenas pela pretensa formalidade da roupa de trabalho (os proletários de “paletó preto” ou, como diziam os alemães, “de colarinho duro”) e por um pretense estilo de vida de classe média. Na extremidade superior, tornava-se imprecisa a linha divisória entre empregadores, profissionais superiores, gerentes altamente colocados, executivos assalariados e funcionários graduados. Todos eles foram colocados num só grupo (de modo realístico), o da “classe I”, na ocasião em que o recenseamento inglês tentou pela primeira vez registrar a população por classes. Ao mesmo tempo, aumentava consideravelmente a classe burguesa ociosa de homens e mulheres que viviam de lucros de segunda mão — e ressoa o eco da tradição puritana, através da classificação do British Inland Revenue de “rendimentos indébitos”. Relativamente poucos burgueses ocupavam-se agora em realmente “ganhar dinheiro”; muito maior era o acúmulo de lucros à sua disposição, a ser distribuídos entre seus parentes. Acima de tudo, estava o grupo dos super-ricos, os plutocratas. Afinal, havia já mais de 4 mil milionários (em dólares) nos EUA, no início da década de 1890.

Para a maioria deles, as décadas precedentes à guerra foram boas; para os mais favorecidos, foram extraordinariamente

generosas. A nova classe média baixa recebeu bem pouco em termos materiais, pois seus rendimentos não puderam exceder os do artesão qualificado, embora medidos por ano e não por semana ou por dia; e os operários não precisavam gastar grande coisa para “manter as aparências”. Entretanto, seu *status* situava-os incontestavelmente acima das massas trabalhadoras. Na Inglaterra, os homens desta classe podiam até julgar-se *gentlemen*, um termo originalmente reservado aos grandes proprietários de terra; na era da burguesia, todavia, foi drenado do seu conteúdo social específico e aberto para quem quer que, efetivamente, não realizasse trabalho manual. (Nunca foi usado para os trabalhadores.) A maioria achava que conseguira mais que seus pais e esperava melhores perspectivas para seus filhos. Isto, provavelmente, pouco contribuía para diminuir o senso de ressentimento impotente contra os que lhes ficavam acima ou abaixo — o que, aparentemente, era característico desta classe.

Os pertencentes ao incontestado mundo da burguesia tinham, na verdade, muito pouco de que se queixar, pois oferecia-se a quem quer que dispusesse de algumas centenas de libras esterlinas por ano — o que estava muito abaixo do limiar dos ricos — uma vida excepcionalmente agradável, agora conduzida num estilo de vida excepcionalmente aprazível. O grande economista Marshall achava (*in Principles of Economics*) que um professor poderia viver convenientemente com 500 libras por ano,³⁴ opinião confirmada por seu colega, o pai de John Maynard Keynes, que conseguia poupar 400 libras por ano, tiradas de um rendimento (salário mais capital herdado) de 1.000 libras, que lhe permitia ter casa forrada com papel de parede Morris, com três empregados permanentes e uma governanta, tirando férias duas vezes por ano — um mês na Suíça custava ao casal 68 libras em 1891 — e entregar-se às suas paixões, que eram colecionar selos, caçar borboletas, estudar lógica e, naturalmente, jogar golfe.³⁵ Não havia dificuldade em achar modos de gastar cem vezes mais por ano e os ultra-ricos da *belle époque* — multimilionários norte-americanos, grão-duques russos, magnatas do ouro sul-africanos e um sortimento de financistas internacionais — apressavam-se a competir, gastando tão prodigamente quanto podiam. Mas não era preciso ser magnata para gozar algumas

saborosas doçuras desta vida; em 1896, por exemplo, um serviço de jantar com 101 peças, decorado com o próprio monograma do comprador, podia ser adquirido no varejo, em Londres, por menos de 5 libras. O grande hotel internacional, nascido das estradas de ferro em meados do século, atingiu seu apogeu durante os vinte anos que precederam 1914. Muitos deles trazem ainda o nome do mais famoso dos cozinheiros-chefes contemporâneos: César Ritz. Esses palácios podem ter sido freqüentados pelos super-ricos, mas não foram construídos principalmente para eles, pois os super-ricos ainda construíam, ou alugavam, suas próprias residências palacianas. Estes hotéis visavam aos medianamente ricos e comodamente endinheirados. Lord Rosebery jantava no novo Hotel Cecil, mas não o jantar-padrão de 6 *shillings* por cabeça. Atividades cujo objetivo eram os realmente opulentos tinham seu preço marcado segundo outra escala. Em 1909, um jogo de tacos de golfe, com o saco, custaria uma libra esterlina e meia, em Londres, ao passo que o preço básico de um novo carro Mercedes era 900 libras. (*Lady Wimborne* e o filho possuíam dois deles e mais dois Daimler, três Darracqs e dois Napiers.)³⁶

Não admira, portanto, que os anos pré-1914 viviam do folclore da burguesia como a era dos dias dourados. Ou que o tipo de classe ociosa que mais atraía a atenção tenha sido a que se entregava (para citar novamente Veblen) ao “consumo conspícuo” — a fim de confirmar o próprio *status* e fortuna, não tanto em face das ordens inferiores, demasiado distantes, nas profundezas, para ser notadas, mas sim na competição com os outros magnatas. A resposta de J. P. Morgan ao ser perguntado quanto custava manter um iate (“Se você tem de perguntar, é porque não tem recursos para isso”), e a observação de John D. Rockefeller, igualmente apócrifa, ao lhe contarem que J. P. Morgan deixara 80 milhões de dólares ao morrer (“E todos nós pensávamos que ele era rico”), indicam a natureza do fenômeno. Havia muito disso naquelas décadas laminadas a ouro, quando os *marchands* de arte, como Joseph Duveen, convenciam os bilionários que apenas uma coleção de antigos mestres poderia selar-lhes o *status*, quando nenhum merceeiro bem-sucedido estaria completo sem um imenso iate e nenhum especulador de

minas, sem um haras de cavalos de corrida, um palácio no campo (preferivelmente inglês) e uma charneca com aves de caça ou quando a simples quantidade e variedade de alimentos desperdiçados — e, mesmo, as quantidades consumidas — durante um fim de semana, da era eduardiana, ultrapassa a imaginação.

Na verdade, no entanto, conforme já ficou sugerido, o maior grupo ocioso subsidiado por rendimentos privados tomou, provavelmente, a forma de atividades não lucrativas pelas esposas, filhos e filhas e, às vezes, outros parentes, das famílias bem providas. Este foi, como veremos, um elemento importante para a emancipação feminina (cf. cap. 8): Virginia Woolf considerava “um teto para si mesma”, isto é, 500 libras por ano, essencial para esse fim; e a grande firma fabiana de Beatrice e Sidney Webb respaldava-se nas 1.000 libras por ano que ela havia recebido por ocasião de seu casamento. Boas causas, que iam desde campanhas pela paz e pela sobriedade, passando pelo serviço social para os pobres — esta foi a era dos “centros comunitários” nas favelas, feitos por ativistas de classe média — até o amparo às artes não-comerciais, beneficiadas por trabalho voluntário e subsídios financeiros. A história da arte do início do século XX está repleta de tais subsídios: a poesia de Rilke foi possível pela generosidade de um tio e de uma sucessão de nobres senhoras; a poesia de Stefan George e a crítica social de Karl Kraus, bem como a filosofia de Georg Lukács, pelos negócios da família, que igualmente permitiram a Thomas Mann concentrar-se na vida literária, antes dela se tornar lucrativa. Nas palavras de E. M. Forster, outro beneficiário dos rendimentos privados: “Entravam dividendos, erguiam-se sublimes pensamentos”. Eles alçavam-se para dentro e para fora de *villas* e apartamentos mobiliados pelas “artes e ofícios”, um movimento que adaptava os métodos do artesão medieval, para aqueles que podiam pagar; e entre famílias “cultas”, para as quais, dado o acento e os rendimentos aceitáveis, mesmo ocupações até então de pouco respeito tornavam-se o que os alemães chamavam *salonfähig* (aceitáveis na sala de visitas da família). Um processo — e não o menos curioso — dessa classe média ex-puritana foi a presteza que demonstrou, no final do século, em

permitir que seus filhos e filhas entrassem para o palco em caráter profissional, o qual adquiriu todos os símbolos de reconhecimento público. Afinal, Sir Thomas Beecham, herdeiro das Pílulas Beecham, preferia passar o tempo como maestro profissional, tocando Delius (filho do comércio de lã de Bradford) e Mozart (que não gozou de tais vantagens).

6

E, contudo, poderia a época da burguesia triunfante florescer, se amplas faixas dessa mesma burguesia envolviam-se tão pouco com a geração da riqueza e tão rapidamente iam à deriva, distanciando-se da ética puritana, dos valores do trabalho e do esforço, da acumulação pela abstenção, pelo dever e pela seriedade moral, valores estes que lhe haviam forjado a identidade, a altivez e a feroz energia? Conforme verificamos no capítulo 3, o medo — não, a vergonha — de um futuro de parasitas os perseguiram. O ócio, a cultura e o conforto estavam muito bem. (A grosseira ostentação pública da riqueza, pelo esbanjamento e o luxo, ainda era acolhida com considerável reserva, por uma geração que lia a Bíblia, que lhes recordava a adoração do bezerro de ouro.) Mas a classe que tornara seu o século XIX, não estaria ela a se afastar do próprio destino? Como combinaria ela, se é que o faria, os valores do passado e os do presente?

Esse problema ainda era dificilmente visível nos EUA, onde o empresário dinâmico não sentia, de modo discernível, as pontadas da incerteza, embora alguns se preocupassem com relações públicas. Era entre as antigas famílias da Nova Inglaterra, dedicadas aos serviços profissionais e a um público universitário e culto, como os James e Adams, que se encontravam homens e mulheres que, positivamente, sentiam-se pouco à vontade na sociedade em que viviam. O máximo que se pode dizer dos capitalistas norte-americanos é que alguns deles ganharam dinheiro tão depressa e em quantidades de tal modo astronômicas que, forçosamente, se depararam com o fato de a acumulação de capital, por si, não ser objetivo adequado para a vida de um

ser humano, mesmo burguês. * Todavia, a maioria dos homens de negócios norte-americanos não eram da classe do reconhecidamente fora do comum Andrew Carnegie. Ele entregou 350 milhões de dólares a várias causas e pessoas excelentes, pelo mundo afora, sem que isso afetasse visivelmente seu estilo de vida, em Skibo Castle; ou da classe de Rockefeller, que imitou o novo esquema de Carnegie, da fundação filantrópica, e que doaria mais dinheiro ainda, antes de sua morte, em 1937. Filantropia em tal escala, tal como as coleções de arte, tinham a vantagem adicional retrospectiva de suavizar, face ao público, os contornos destes homens recordados por seus operários e rivais de negócios como ferozes predadores. Para a maioria da classe média norte-americana, ficar rico ou, pelo menos, prosperar ainda era o suficiente como objetivo de vida e justificação adequada para sua classe e civilização.

Tampouco percebe-se uma grande crise da autoconfiança burguesa, nos pequenos países ocidentais que entravam em sua época de transformação econômica — tal como os “pilares da sociedade” da provinciana cidade de estaleiros norueguesa sobre a qual Henrik Ibsen escreveu uma peça célebre e epônima (1877). Ao contrário dos capitalistas da Rússia, não tinham razões para sentir que todo o peso e toda a moralidade de uma sociedade tradicionalista, desde os grão-duques até os mujiques, lhes eram absolutamente contrários; para não mencionar seus explorados operários. Ao contrário. Mesmo na Rússia, onde encontramos fenômenos surpreendentes na literatura e na vida — tais como o do homem de negócios bem-sucedido mas envergonhado de seu triunfo (Lopakhin em *O Pomar de Cerejeiras*, de Tchekhov), e o grande magnata têxtil e mecenas que financiou os bolchevistas de Lenin (Savva Morozov) —, o rápido êxito industrial trouxe auto-segurança. Paradoxalmente, aquilo que transformaria a Revolução de Fevereiro, de 1917, na Revolução de Outubro — como já foi persuasivamente argumentado

* “Amontoar riquezas é dos piores tipos de idolatria — Não há ídolo mais aviltante que o dinheiro... Se eu continuar muito tempo sobrecarregado de negócios, com a maior parte de meus pensamentos voltados ao modo de conseguir dinheiro no mais curto espaço de tempo possível, isso poderá me degradar, sem esperança de recuperação permanente” (Andrew Carnegie).³⁷

— foi a convicção, adquirida pelos empregadores russos durante os vinte anos precedentes, de que “não podia haver ordem econômica na Rússia senão a capitalista” e de que os capitalistas russos eram bastante fortes para obrigar seus operários a manter a linha.*

Havia, sem dúvida, muitos homens de negócios e profissionais bem-sucedidos, nas regiões desenvolvidas da Europa, que ainda sentiam os ventos da história nas velas de seus barcos, embora lhes fosse cada vez mais difícil deixar de tomar conhecimento do que se passava com os dois mastros que, tradicionalmente, apoiavam as velas: a firma gerenciada pelo próprio dono e a família do proprietário, centrada no elemento masculino. A administração dos grandes negócios por funcionários assalariados ou a perda da independência de empresários anteriormente soberanos para os cartéis eram ainda, conforme notou aliviado um observador alemão, “muito distantes do socialismo”.³⁹ O mero fato, porém, de estarem assim ligados os negócios privados e o socialismo, demonstra quão longe parecia estar a idéia aceita de iniciativa privada das estruturas econômicas de nosso período. No tocante à erosão da família burguesa, para a qual muito contribuiu a emancipação de seu elemento feminino, como poderia ela não solapar a autodefinição de uma classe tão fortemente respaldada na sua manutenção (cf. *A Era do Capital*, cap. 13:2) — uma classe para a qual a respeitabilidade era igual à “moralidade” e que, crucialmente, dependia da conduta percebida de suas mulheres?

O que tornava o problema particularmente agudo, em todo o caso na Europa, e dissolvia os firmes contornos da burguesia do século XIX, era uma crise naquilo que — exceto para alguns grupos de pietistas católicos autoconscientes — constituía desde longa data a ideologia e a lealdade que a identificavam. A burguesia acreditava não apenas no individualismo, na respeitabilidade e na propriedade, mas igualmente no progresso, na reforma

* Nas palavras de um líder industrial moderado, em 3 de agosto de 1917: “Devemos insistir... em que a presente revolução é uma revolução burguesa [voz: ‘Correto’], que, presentemente, a ordem burguesa é inevitável e que, por ser inevitável, deve conduzir a uma conclusão absolutamente lógica: as pessoas que governam o país devem pensar e agir de modo burguês”.³⁸

e no liberalismo moderado. Na eterna batalha política entre os estratos superiores das sociedades do século XIX, entre os “partidos de movimento” ou “progresso” e os “partidos da ordem”, as classes médias se haviam colocado incontestavelmente, em sua grande maioria, pelo movimento, embora de nenhum modo insensíveis à ordem. Todavia, como veremos adiante, tanto o progresso quanto a reforma e o liberalismo estavam em crise. O progresso científico e tecnológico, é claro, permaneceu incontestado. O progresso econômico ainda parecia seguro, pelo menos após as dúvidas e hesitações da Depressão, ainda que gerasse movimentos operários organizados, comumente liderados por subversivos perigosos. O progresso político, como vimos, era um conceito bem mais problemático à luz da democracia. No que concerne ao campo cultural e ao da moralidade, a situação era cada vez mais enigmática. Que se deveria fazer de Friedrich Nietzsche (1844-1900), ou de Maurice Barrès (1862-1923), que em 1903 eram os gurus dos filhos de pessoas que haviam navegado os mares da intelectualidade orientados pelos fardis de Herbert Spencer (1820-1903) ou Ernest Renan (1820-1892)?

A situação parecia ainda mais enigmática, do ponto de vista intelectual, com a ascensão ao poder e proeminência, no mundo burguês, da Alemanha, país em que a cultura da classe média jamais aceitara de bom grado as lúcidas simplicidades do racionalismo do século XVIII, o qual penetrou o liberalismo dos países em que se originara a revolução dual, a França e a Inglaterra. A Alemanha era, incontestavelmente, um gigante em ciência e erudição, em tecnologia e desenvolvimento econômico, em civilidade, cultura e artes, e não menos em poder. Talvez, tomada em seu conjunto, tenha sido esta a mais impressionante história de êxito nacional do século XIX. Sua história exemplificava o progresso. Mas seria esta realmente liberal? E mesmo na medida em que o era, onde se encaixaria aquilo que os alemães *fin de siècle* chamavam de liberalismo, com as verdades aceitas de meados do século? As universidades alemãs chegavam a recusar-se a ensinar economia do modo como o assunto era universalmente entendido em outras partes (cf. abaixo, pp. 373-376). O grande sociólogo alemão Max

Weber, cujos antecedentes eram impecavelmente liberais, considerava-se um burguês liberal vitalício e, na verdade, era realmente, pelos padrões alemães, um liberal de esquerda. Todavia, acreditava entusiasticamente no militarismo, no imperialismo e — pelo menos durante algum tempo — sentiu-se tão tentado pelo nacionalismo de direita que entrou para a Liga Pan-Germânica. Consideremos, por outro lado, as guerras doméstico-literárias dos irmãos Mann: Heinrich, * um racionalista clássico, homem de esquerda e francófilo; Thomas, crítico veemente do liberalismo e da “civilização” ocidental, à qual costumava contrapor (de modo familiarmente teutônico) uma “cultura” essencialmente alemã. No entanto, toda a carreira de Thomas Mann e, seguramente, suas reações à ascensão e triunfo de Hitler, demonstram que suas raízes e seu coração situavam-se na tradição liberal do século XIX. Qual dos irmãos era o verdadeiro “liberal”? Onde estaria o *Bürger*, ou o burguês alemão?

Além disso, como vimos, a própria política burguesa tornava-se mais complexa e dividida, à proporção que a supremacia dos partidos liberais desmoronava durante a Grande Depressão. Antigos liberais passaram a conservadores, como na Inglaterra; o liberalismo dividiu-se e declinou, como na Alemanha, ou perdeu apoio para a esquerda e a direita, como na Bélgica e na Áustria. O que significa, exatamente, ser um membro do Partido Liberal, ou mesmo um liberal, sob tais circunstâncias? Seria necessário uma pessoa ser, ideológica ou politicamente, um liberal? Afinal, na década de 1900, havia muitos países nos quais o típico membro das classes empresariais ou profissionais situava-se francamente à direita do centro político. Abaixo deles havia as fileiras, sempre maiores, da nova classe média e da classe média baixa, com sua ressentida e construída afinidade pela direita francamente antiliberal.

Duas questões de urgência crescente sublinhavam a erosão das antigas identidades coletivas: o nacionalismo/imperialismo (cf. caps. 3 e 6) e a guerra. A burguesia liberal certamente não

* Provavelmente, e injustamente, ele é considerado fora da Alemanha acima de tudo por ter escrito o livro em que foi baseado o filme de Marlene Dietrich, *O Anjo Azul*.

fora entusiasta da conquista imperial, conquanto (paradoxalmente) seus intelectuais tenham sido os responsáveis pelo modo de administrar a maior de todas as possessões imperiais — a Índia (cf. *A Era da Revolução*, cap. 8:4). A expansão imperial podia ser reconciliada com o liberalismo burguês, não porém comodamente, via de regra. Os mais altissonantes brados da conquista costumavam estar bem mais à direita. Por outro lado, a burguesia liberal não se opusera, por princípio, ao nacionalismo nem à guerra. Entretanto, haviam considerado “a nação” (inclusive a sua própria) como uma fase temporária na evolução para uma sociedade e uma civilização realmente globais; eram céticos quanto às reivindicações de independência nacional dos povos que julgavam pequenos e obviamente inviáveis. Quanto à guerra, ainda que às vezes necessária, era algo a ser evitado, que só suscitava entusiasmo entre a nobreza militarista e os incivilizados. A observação (realista) de Bismarck, de que os problemas da Alemanha seriam solucionados somente por meio de “ferro e sangue”, havia sido deliberadamente destinada a escandalizar o público liberal e burguês de meados do século XIX, o que realmente fizera na década de 1860.

É evidente que na era dos impérios, da expansão do nacionalismo e da aproximação da guerra, esses sentimentos já não harmonizavam com as realidades políticas do mundo. Um homem que na década de 1900 repetisse coisas que, na década de 1860 ou na de 1880, seriam consideradas como o mais puro bom senso da experiência burguesa, se acharia em 1910 em discordância com seu tempo. (As peças de Bernard Shaw, após 1900, alcançam alguns de seus efeitos cômicos por meio de tais contrastes.)¹⁰ Em tais circunstâncias, seria de esperar que os liberais realistas da classe média desdobrassem as costumeiras racionalizações e rodeios, quanto à meia mudança de posições, ou permanecessem em silêncio. Na verdade, foi isso mesmo que fizeram os ministros do governo liberal inglês, ao conduzirem o país à guerra, ao mesmo tempo que simulavam, até para si mesmos, que não o estavam fazendo. Mas há ainda outra coisa.

Enquanto a Europa burguesa, em crescente conforto material, preparava para a catástrofe, observamos o estranho fenômeno de uma burguesia, ou pelo menos de parte significativa de sua

juventude e de seus intelectuais, a mergulhar de bom grado e até com entusiasmo no abismo. Todos conhecem o caso das rapazes — antes de 1914 havia poucas provas relativas às perspectivas belicosas das moças — que saudaram a irrupção da Primeira Guerra Mundial como se fosse amor à primeira vista. “Agora, graças sejam dadas a Deus, que nos colocou à altura de tal hora”, escreveu um socialista fabiano, normalmente racional e apóstolo de Cambridge, o poeta Rupert Brooke. “Só a guerra”, escreveu o futurista italiano Marinetti, “sabe rejuvenescer, acelerar e afiar a inteligência humana, alegrar e arejar os nervos, libertando-nos do peso do fardo cotidiano e dando sabor à vida e talento aos imbecis.” “Na vida dos acampamentos e debaixo do fogo”, escreveu um estudante francês, “. . . experimentamos a suprema expansão da força francesa que trazemos dentro de nós.”⁴¹ Não faltaram, porém, intelectuais mais velhos que, também eles, saudaram a guerra com manifestos de regozijo e orgulho que, aliás, alguns deles viveram o bastante para lamentar. Foi com frequência observada, durante os anos precedentes a 1914, a moda de rejeitar o ideal da paz, da razão e do progresso por outro, de violência, instinto e explosão. Um influente livro sobre a história inglesa destes tempos chama a isso *A Estranha Morte da Inglaterra Liberal*.

Poderia estender-se o título à Europa ocidental. As classes médias européias, no conforto de sua civilizada existência, sentiam-se inquietas (embora isto não se aplicasse ainda ao homem de negócios do Novo Mundo). Havia perdido sua missão histórica. As mais sinceras canções de irrestrito louvor aos benefícios da razão, da ciência, da educação, do esclarecimento, da liberdade, da democracia e do progresso da humanidade, dos quais a burguesia sentira, um dia, o orgulho de ser o exemplo, eram agora cantadas (como veremos adiante) por pessoas cuja formação intelectual pertencia a uma era anterior e que não haviam acertado o passo com os tempos. Foi às classes operárias, e não à burguesia, que Georges Sorel — um brilhante, rebelde e excêntrico intelectual — advertiu contra *As Ilusões do Progresso*, em um livro publicado com esse título, em 1908.

Ao lançar o olhar para trás e para diante, os intelectuais, os jovens e os políticos das classes burguesas não estavam conven-

cidos de que tudo fora ou havia de ser para o melhor. Todavia, parte importante da classe alta e média da Europa reteve firme confiança no progresso futuro, pois este baseava-se na recente e espetacular melhora de sua situação. Consistia nas mulheres e, especialmente, nas nascidas de 1860 em diante.